

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.809.219 - RS (2019/0105086-8)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**EMBARGANTE : ESTHER IGNEZ SPERB**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO E OUTRO(S) - DF012067**  
**ADVOGADA : ERYKA FARIAS DE NEGRI E OUTRO(S) - DF013372**  
**ADVOGADA : MARÍLIA PINHEIRO MACHADO BUCHABQUI - RS011748**  
**ADVOGADOS : SOLANGE SAMPAIO CLEMENTE FRANÇA - DF016957**  
**PEDRO OTÁVIO MAGADAN - RS068843**  
**EMBARGADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADORA : YASSODARA CAMOZZATO - RS028743**

## **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Esther Ignez Sperb contra decisão que negou provimento ao recurso especial por inexistência de violação do art. 1.022 do CPC/2015.

Em suas razões, a embargante sustenta que a decisão contém o vício da omissão por não se pronunciar a respeito do mérito da demanda, mas apenas sobre a questão preliminar.

Com impugnação.

É o relatório.

Nos termos do que dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

A decisão embargada decidiu a controvérsia negando provimento ao recurso especial sob o fundamento de inexistência de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 por parte do acórdão proferido na origem, mantendo-o na íntegra.

Em estudo das razões dos embargos, verifica-se que não assiste razão à embargante quando alega omissão sobre o "mérito" da demanda, uma vez que a única tese assentada no recurso especial — que conta, inclusive, com apenas um tópico — diz respeito à citada contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015.

Nesse passo, não se diga que, como pretende a embargante, a demanda deva ser analisada tal qual descrita na exordial protocolada na origem, visto que a competência desta Corte Superior de Justiça está adstrita à matéria trazida no recurso especial manejado pela parte irresignada, não se tratando de espécie anômala de terceira instância revisora de toda a matéria discutida em qualquer processo.

Assim, evidenciando-se não haver falta de clareza, insuficiência de fundamentação ou erro material a ensejar esclarecimento ou complementação do que já decidido, devem os embargos serem rejeitados.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

